

PORTARIA N.º 612/2018-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual no 5.810, de 24.01.1994;
R E S O L V E:
DELEGAR à Promotora de Justiça de 2ª Entrância RENATA FONSECA DE CAMPOS atribuições específicas para, no dia 1º/2/2018, dar investidura, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial do Interior, MP.CPCP-102.3, à Sra. ANA CAROLINE DE SOUSA FERREIRA, nomeada conforme Ato nº 21/2018, datado de 29/1/2018, para exercer suas funções na Região Sudoeste II – Itaituba.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 1º de fevereiro de 2018.
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 285597
EXTRATO DA PORTARIA Nº 12/2018-8ª. PJ AGRÁRIA
A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

PORTARIA Nº 12/2018-8ª. PJ AGRÁRIA
Polo Passivo: NORSK HYDRO BRASIL LTDA
Assunto: para apurar supostos impactos sobre territórios de comunidades tradicionais localizadas no Município de Barcarena decorrentes da proliferação dos rejeitos oriundos do rompimento de barragens da Empresa NORSK HYDRO.
ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 285651
EXTRATO DA PORTARIA Nº 15/2018-8ª. PJ AGRÁRIA
A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

PORTARIA Nº 15/2018-8ª. PJ AGRÁRIA
Polo Passivo: CONTRA DESCONHECIDOS
Assunto: visando levantar elementos acerca das notícias de compra e venda de lotes e de prática de pesca predatória na área da Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento, localizada entre os Municípios de Igarapé-Açu e Nova Timboteua.
ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 285737
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Nº 000271-116/2013-MP/2ªPJ/DCF/DH

Investigado: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM (IPAMB)
Objeto: Apurar denúncias de possíveis irregularidades no Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, quanto ao pagamento de procedimentos médicos de seus segurados.

A 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais e Direitos Humanos, vem, no exercício de suas atribuições, dar CIÊNCIA à Sra. DELMA OLIVEIRA DE MACEDO RODRIGUES, Sr. ANDRÉ LEMOS MEDEIROS, Sra. GIOVANI DO SOCORRO FONSECA DA SILVA, e à Presidente do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM (IPAMB), na pessoa da SRA. PAULA BARREIROS E SILVA, do arquivamento do procedimento preparatório referenciado. Informa-se que a parte interessada, caso queira, poderá apresentar recurso quanto ao arquivamento no prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe a Resolução nº 010/2011-CPJ.

Protocolo: 285869
PORTARIA Nº 003/2018-MP/4ªPJ/DCF/DH
A 4ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DOS DIREITOS HUMANOS DE BELÉM, Dra. MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA ARAÚJO, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000181-151/2017, na Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém, sito a Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo: nº 000181-151/2017
Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 26, incisos I e VI da Lei nº 8.625/93 e, Lei Complementar nº 057/06, Lei Orgânica do

Ministério Público do Estado do Pará, artigo 54, inciso I.
Investigado: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB
Objeto da apuração: Apurar o processo de desmembramento do IPAMB e de consequente criação do Instituto de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos do Município de Belém (IASB) e do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belém (IPMB)
Belém, 27 de fevereiro de 2018.
Maria da Penha de Mattos Buchacra Araújo
4ª Promotora de Justiça dos Direitos
Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos

Protocolo: 285745
EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2018-7ª. PJ/MP
A 7ª Promotora de Justiça Cível de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de Procedimento Preparatório nº 003/2018/7ª, datado de 26 de fevereiro de 2018, que encontra-se a disposição na 7ª Promotoria de Justiça Cível de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

PORTARIA Nº 003/2018-7ª. PJ/MP
Polo Passivo: MARIA DE LOURDES NEVES DA SILVA E OUTROS
Assunto: visando apurar ocorrência de situação de risco referente a idosa LEONILA NEVES DA SILVA por negligencias e maus tratos praticados por seus familiares.
PRISCILLA TEREZA DE ARAÚJO COSTA MOREIRA-7ª – Promotora de Justiça Cível de Castanhal

Protocolo: 285762
EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Nº 000184-151/2017– MP4ªPJDPMPA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. RODIER BARATA ATAÍDE, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000184-151/2017, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 002/2018 – 4ªPJDPMPA
Data da Instauração: 18/01/2018
Objeto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa na admissão temporária de servidor na Fundação Escola Bosque (FUNBOSQUE), por meio do Contrato nº 019/2015, para exercer o cargo de Professor de Filosofia, embora tenha ocorrido devida aprovação anterior pelo Concurso Público nº 001/2012 com o intuito de ocupar igual cargo.
Promotor de Justiça: RODIER BARATA ATAÍDE
Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 285824
EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2018-11PJMAB
O 11ª Promotor de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO pela portaria nº 003/2018-11PJMAB, registrado sob o número único 001226-940/2017 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis do INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – Pará – Fone/Fax: (94) 3312-9900 / 3312-9969.

Portaria nº 003/2018-11PJMAB
Investigado: Prefeitura Municipal de Marabá.
Assunto: Apurar indícios de ato de improbidade administrativa supostamente ocorridos em processo licitatório promovido pela Prefeitura Municipal de Marabá, para contratação de empresa para prestação de serviços de Contábeis à administração municipal.
Marabá/PA, 28.02.2018
Júlio César Sousa Costa – Promotor de Justiça

Protocolo: 285859
EXTRATO DE PORTARIA
PORTARIA N.º 023/2018/10ª PJMAB

A 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARABÁ, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório nº 000076-950/2017, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 023/2018/10ª PJMAB DE MARABÁ
Requerido (a): JOSE BARBOSA DE SOUZA
Objetivo: Apurar se a criança KEMILLY HILARY nogueira de sousa se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade.
Marabá/PA, 26 de fevereiro de 2018.
Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira
Promotora de Justiça Titular da 10a PJ da Infância e Juventude de Marabá/PA

Protocolo: 285789

EXTRATO DA PORTARIA Nº 14/2018-8ª. PJ AGRÁRIA
A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

PORTARIA Nº 14/2018-8ª. PJ AGRÁRIA
Polo Passivo: ITERPA – INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ/ESTADO DO PARÁ
Assunto: com f m de acompanhar o processo de arrecadação da área então objeto da matrícula nº 6363, Livro 2-E, f. 21, CRI Acará pelo Estado do Pará e pelo ITERPA.
ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 285739
EXTRATO DE PORTARIA
PORTARIA N.º 024/2018/10ª PJMAB

A 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARABÁ, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório nº 000076-950/2017, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 024/2018/10ª PJMAB DE MARABÁ
Requerido (a): CONHECIDO COMO RAIMUNDO
Objetivo: Apurar se a criança WEDYLA ZENITA ALMEIDA FERREIRA se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade.
Marabá/PA, 26 de fevereiro de 2018.
Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira
Promotora de Justiça Titular da 10a PJ da Infância e Juventude de Marabá/PA

Protocolo: 285797
EXTRATO DE PORTARIA
PORTARIA N.º 026/2018/10ª PJMAB

A 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARABÁ, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório nº 000076-950/2017, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 026/2018/10ª PJMAB DE MARABÁ
Requerido (a): MARCIO AUGUSTO ALVES DA PAIXÃO
Objetivo: Apurar se as crianças ANNA CAROLINA SILVA PAIXÃO, ANNA CLARA SILVA PAIXÃO e ALEXANDRE AUGUSTO SILVA PAIXÃO se encontram em situação de risco e/ou vulnerabilidade
Marabá/PA, 26 de fevereiro de 2018.
Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira
Promotora de Justiça Titular da 10a PJ da Infância e Juventude de Marabá/PA

Protocolo: 285801
EXTRATO DE PORTARIA
PORTARIA N.º 028/2018/10ª PJMAB

A 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARABÁ, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório nº 000076-950/2017, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 028/2018/10ª PJMAB DE MARABÁ
Requerido (a): BOATE CALIFORNIA
Objetivo: Apurar a suposta prática de venda de bebidas alcoólicas e drogas à crianças e/ou adolescentes na Boate Califórnia.
Marabá/PA, 26 de fevereiro de 2018.
Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira
Promotora de Justiça Titular da 10a PJ da Infância e Juventude de Marabá/PA

Protocolo: 285806
PORTARIA Nº 919/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 28/2018/ASS/JUR/PGJ, datado de 08/02/2018,

R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0003641-70.2017.8.14.0701, SIMP nº 05628-003/2017, conforme preleciona o art. 24 do Código de Processo Penal, e nos termos do art. 76 da Lei 9.099/95, oferecer a devida proposta de transação penal e, em não sendo aceita ou mostre-se inadequada, que ofereça, então a pertinente denúncia, de acordo com o art. 77 do referido diploma legal, em desfavor de Albanir de Oliveira Medeiros, pela prática